ou o local tiver sido ocupado com aparelho não autorizado anteriormente, depois de tudo verificado por visoria.

Art. 98.º Toda a armação de atum lançada no mar em concessão será apreendida e o respectivo material vendido em hasta pública, revertendo o produto para o Estado.

Art. 99.º Todo o arrendatário que lançar ou pretender lançar uma armação sem prévia autorização, conforme dispõe o artigo 46.º, será intimado a fazê-lo no prazo improrrogável de oito dias, pagando a multa de 0\$ por cada dia decorrido depois da data do lançamento do primeiro ferro, até que o arrematante apresente o requerimento pedindo a licença, acompanhada dos respectivos documentos, e se a licença fôr negada, decorrido o prazo de oito dias, acima indicado, proceder-se há nos termos do artigo anterior.

Art. 100.º Aos arrendatários que não rocegarem os erros e amarras deixados no fundo depois de efectuado o levantamento das armações será aplicado o que dispõe o artigo 64.º e seus parágrafos, e, na falta de cumprimento, o levantamento dos mesmos ferros ou amarras será feito pela capitania do porto, perdendo o arrendatário o material que deixar no fundo, o qual reverterá para o Estado.

Art. 101.º Quando as armações de atum não estiverem completamente levantadas nos dias designados nos artigos 12.º e 13.º, ou findo o prazo de tolerância que elos mesmos artigos lhe tiver sido concedida, proceder-se há como indica o artigo 63.º

Art. 102.º A falta de comunicação da mudança de direcção, de que trata o artigo 82.º e seu § único, quando decorridos quinze dias depois de essa alteração ter lugar, será punida com a multa de 2\$ a 20\$.

Art. 103.º Quando não sejam entregues os documentos a que se refere o artigo 83.º, passados trinta dias depois da notificação de ter sido aprovada a constituição da sociedade, será o arrendatário punido com a multa de 2\$ a 20\$, e se a sociedade persistir na recusa e fornecer os documentos citados, passando três meses, a multa será elevada ao dôbro, podendo chegar até a perda do local em caso de recusa formal.

Art. 104.º O não fornecimento dos dados e informações exigidos pelos capitães dos portos, para cumprimento do preceituado no artigo 87.º, destinados à elaboração das estatísticas de pesca, implica ser o arrendatário multado, conforme as circunstâncias, entre 2\$ e 20\$.

Art. 105.º As transgressões que pelo presente regulamento não tenham pena expressamente cominada serão punidas pelo capitão do porto com multa não excedente a 5\$.

Art. 106.º O material das armações responde pelo pagamento das multas a que o arrendatário fôr obrigado satisfazer, em virtude do preceituado neste regulamento.

Art. 107.º As multas impostas neste regulamento reterem a favor da Caixa de Protecção dos Pescadores inválidos; no caso de ser recusado o seu pagamento serão cobradas judicialmente, procedendo para esse fim como está preceituado no regulamento geral das capitulias.

Art. 108.º As multas estabelecidas neste regulamento serão actualizadas nos termos do decreto n.º 8:431, de 10 de Outubro de 1922, ou nos da legislação que ao tempo vigorar a este respeito.

Art. 109.º Fica revogada a legislação em contrário. Os Ministros das Finanças e Marinha assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 11 de Agosto de 1923.— ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães* — *Abel Fontoura da Costa*.

D. do G. n.º 179 (rect. no D. do G. n.º 190).

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da legação da República Francesa, em nota de 14 de Agosto de 1923, a Hungria aderiu à Convenção Internacional relativa à circulação dos automóveis, assinada em Paris em 11 de Outubro de 1909, começando essa adesão a produzir os seus efeitos a partir de 13 de Julho de 1923.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 17 de Agosto de 1923.— O Director Geral, *A. de Oliveira Soares*.

D. do G. n.º 179.

Por ordem superior se faz público que, a 13 do corrente, se efectuou em Madrid a troca dos instrumentos em que os Governos Português e Espanhol ratificam a Convenção relativa à permutação da correspondência entre Portugal e Espanha e a Convenção relativa à permutação de cartas e caixas com valor declarado entre Portugal e Espanha, assinadas em Madrid a 26 de Março de 1923.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares 18 de Agosto de 1923.— O Director Geral, *A. de Oliveira Soares*.

D. do G. n.º 180.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Comissariado Geral dos Abastecimentos

Edital

Considerando que, pelas investigações feitas por este Comissariado, se conclui que a falta de carvão vegetal, por vezes sentida nos centros consumidores, se deve exclusivamente à irregular affluência desta mercadoria para estes centros, com o fim de provocar a escassez, originando o aumento de preço;

Considerando que dos esclarecimentos obtidos junto dos interessados na venda deste produto se conclui que, existindo grandes *stocks* desta mercadoria, fabricada e armazenada desde longa data, não se justifica um novo aumento de preço;

Considerando que esta situação exige providências especiais no sentido de se impedir que os detentores continuem acumulando junto das linhas férreas e nos centros de produção *stocks* que não trazem para venda;

Em harmonia com as atribuições que me são conferidas pelo decreto n.º 7:207, determino o seguinte:

1.º Continuam em vigor os preços do carvão fixados por este Comissariado.

2.º Quando os comerciantes de carvão (puxadores) se recusarem à venda e distribuição deste produto aos retalhistas, segundo os preços fixados, será o carvão requisitado, nos cais ou estações de Lisboa, por este Comissariado e por êle feita a distribuição de conta e com encargos dos consignatários.

3.º Dentro de dez dias, a contar da publicação deste edital, deverá ser manifestado todo o carvão vegetal existente nos distritos de Beja, Évora, Santarém, Castelo Branco, Portalegre e Lisboa, quando os seus possuidores o tenham em quantidade superior a 500 quilogramas, salvo se, para venda directa ao público, estiver armazenado, dentro de vilas e cidades, em estabelecimento aberto ao público para venda a retalho e em quantidade que não exceda 10:000 quilogramas.